

# Por maiores salários e menores impostos

Antônio Carreira

O aguçamento das dificuldades econômicas tornaram imprescindível ao país a mobilização de toda a sociedade na busca de soluções e, principalmente, para a montagem da adequada malha de apoio político às ações do Governo. Sendo assim, não é de estranhar que exista em vários setores a preocupação em debater e em analisar a questão do pacto social. A Confederação Nacional das Associações Comerciais manifestou-se sobre o assunto em amplo documento. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo lançou-se ao diálogo com as lideranças dos trabalhadores para estabelecer uma linha de ação com pontos comuns visando compatibilizar o desaquecimento econômico com a necessidade de manter e gerar empregos.

No Brasil, é tradicional um pacto social entre a classe média, as classes produtoras e as Forças Armadas. Foram, em última análise, essas forças que derrubaram Getúlio Vargas na década de 1950. Foram estes mesmos setores que permitiram o clima desenvolvimentista da era de Juscelino, com Brasília, a indústria automobilística e as primeiras incursões mais audaciosas na busca da poupança externa. Na etapa seguinte a classe média manifestou-se com maior ênfase, trazendo Jânio Quadros ao poder, na tentativa de terminar com uma época de amplos gastos públicos e de inflação crescente. Ocorreu então uma grave ruptura na estrutura do poder até hoje não muito bem explicada. De qualquer forma os analistas sobre o assunto aceitam que a renúncia de Jânio Quadros é resultante de uma má avaliação política sobre o apoio que efetivamente poderia contar e de um desequilíbrio, propositadamente provocado, no pacto social existente. O discurso de Jânio Quadros encontrava, e provavelmente ainda encontra hoje em dia, abrigo nos ouvidos de setores conservadores da classe média. Mas, no decorrer de seu mandato, Jânio poderia ter sentido pressões, como cabalisticamente alega ao citar as "forças ocultas" como causa de sua renúncia, como poderia ter iniciado um movimento no sentido de obter apoio maciço das camadas mais volumosas da população. Desta forma estaria tentando alterar a estrutura do pacto social que o elegeu. Daí a ruptura.

Na realidade o impulso desenvolvimentista experimentado na época de Juscelino precisava começar a reverter-se em benefício dos estratos de menor poder aquisitivo da população. O aumento do nível geral de emprego e o dinamismo da indústria já vinham elevando o nível salarial e o nível de vida dos trabalhadores da região Sudeste. Neste panorama, parecia uma boa alternativa um discurso voltado para os estratos de baixa renda. A impressão era de que o Governo Jânio tentaria a formação de um novo pacto social de cima para baixo. Mas, o esquema político do Presidente não resistiu e a renúncia resultou em nada, deixando perplexos todos os setores que o apoiavam.

O Vice-Presidente era Jango Goulart, homem de passado ligado a Getúlio Vargas e ao Partido Trabalhista. É conhecida a resistência que setores militares fizeram a sua ascensão ao Poder. Na época da renúncia, Jango encontrava-se em visita à China Comunista, fato olhado com horror e espanto por muita gente que naquela época não visualizava a necessidade de diversificação de mercados para as exportações brasileiras.

Ao vencer o plebiscito contra o parlamentarismo ficou confirmado, para o esquema político de Jango, a necessidade de mudar o pacto social e de dirigir o discurso para os trabalhadores. Mas, foi a própria natureza radical do discurso político e um suicida desconhecimento da realidade dos pactos sociais que levou à Revolução de 1964.

Foi, assim, recomposto com laços ainda mais fortes o pacto entre a classe média, as classes produtoras e as Forças Armadas. Cabendo a esta última a posição preponderante no controle político. Pois, pela primeira vez na história do país, não existiam muitos civis de ampla liderança, além dos civis terem participado em menor parcela na articulação de 1964. Além disso, as Forças Armadas eram o único setor que possuía um programa de longo prazo para o país, baseado em preceitos de segurança nacional e de segurança militar no sentido geopolítico.

Tal foi o pacto social existente e que pode ser mantido coeso graças aos bons resultados do desempenho econômico e a

necessidade de lutar contra a subversão e o comunismo. Mas já na metade da década de 70 o Governo começou a sentir que não seria possível prosseguir com completo controle político, já que segmentos da classe média passavam a votar com a oposição a cada fornada de urnas no processo eleitoral que restava. O crescimento da economia tornou-se necessário o extremo recurso ao endividamento externo, imensas importações de insumos, e grave concentração de renda. A elevação dos preços do petróleo com o primeiro oil shok foram neutralizados em benefício do padrão de vida da classe média do país, mas custaram o aumento do endividamento externo.

Essa fragilidade e dependência em relação ao exterior é que levaram a surgir as primeiras vozes entre as classes produtoras, alertando para a tendência geral do sistema econômico e político. Com segmentos da classe média passando para a oposição e setores das classes produtoras verbalizando sua desaprovação, o Governo corria o risco de ver-se isolado. Ou seja, existia, embora ainda remoto, o risco de nova ruptura no pacto social, com a agravante de deixar sozinha as Forças Armadas contra todos os demais segmentos da sociedade e, o pior, o risco de ocorrerem rupturas dentro das próprias Forças Armadas.

Foi neste momento exato que o Governo decidiu-se pela abertura política, visando institucionalizar as diversas forças políticas em formação, criando canais próprios e constitucionais, aceitando, em troca, a diminuição do seu poder político para buscar fortalecer-se novamente através de formação de um pacto social mais realista. Tal o momento em que vivemos.

Ao Governo deve ser creditado pontos em seu favor devido a sua eficiência política. Muito embora o Governo tente lutar para manter-se no Poder, assim o faz através dos canais próprios do seu partido político. E, com a força de legislador que ainda possui, vem tentando ampliar as bases do pacto social chamando todos os segmentos da sociedade em seu apoio, inclusive as classes trabalhadoras, para as quais a atual lei salarial é sem dúvida um fato extremamente benéfico.

É essa nova estrutura do pacto social que está em debate atualmente. Classe média, classes produtoras e Forças Armadas do pacto social original devem abrir espaços para incluir as classes trabalhadoras urbanas e rurais no novo pacto social, que permitirá ao Brasil atravessar com paz social e política o difícil momento econômico. É esse fato que o documento da Confederação Nacional das Associações Comerciais destaca, incluindo em seu texto a necessidade dos esforços do Governo para sanar as dificuldades de educação e saúde do povo se tornarem ainda mais efetivos, bem como a responsabilidade das classes empresariais nesse processo. Menos filosófico e mais prático é o esforço da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que busca incluir as lideranças dos trabalhadores num processo de diálogo, mantendo abertos os canais de entendimentos anteriormente só usados nas épocas de negociação salarial.

O importante do atual momento político é que a ampliação das bases do pacto social não incluirá os trabalhadores apenas como resultado de uma necessidade política de cima para baixo. Mas, trata-se do reconhecimento da existência de um espaço político por eles conquistado e que sua participação nas decisões é essencial para a melhor regulagem da estrutura do poder. O Governo deve ser resultado desse consenso entre os diversos segmentos e não uma entidade estanque que determine direções baseado exclusivamente na sua sensação e desejo. A crise econômica já permite pouco espaço de manobra na economia. Todos deverão sofrer as maiores dificuldades destes tempos e certamente não é justo que uma classe pague mais que a outra.

Neste panorama acredito ser o sincero desejo dos empresários que os trabalhadores ocupem com eficiência e realismo seu espaço político. Os discursos radicais, seja em que direção for, prometem ser extremamente nocivos a esta época. Os empresários precisam preparar-se para a época e, se a história indica a possibilidade de arquivamento do paternalismo do Estado em relação ao trabalhador, chegou o momento de pensarmos em pagar maiores salários e menores impostos.